

## LIVROS, ATAS, RELATÓRIOS E OUTROS PAPEIS: a história do Orfanato de São Cristóvão e da Escola da Imaculada Conceição através de suas fontes

BOOKS, MINUTES, REPORTS AND  
OTHER PAPERS: the history of São  
Cristóvão Orphanage and Imaculada  
Conceição School through their sources

Josineide Siqueira de Santana\*

### RESUMO

O presente estudo se propõe a apresentar a contribuição das diversas fontes para o estudo da História da Educação e se baseia em pressupostos teóricos da História Cultural. Partindo do material encontrado nos arquivos da Escola da Imaculada Conceição e do Antigo Orfanato de São Cristóvão nos foi possível contemplar os fragmentos de sua história. Através de materiais produzidos muitas vezes pela própria instituição conseguimos vislumbrar as práticas educativas, as questões relacionadas à saúde e higiene, as características familiares das ex-internas, bem como o aprendizado transmitido. Para a elaboração da presente pesquisa, foram utilizadas as seguintes fontes: estatuto, atas, livros de matrícula e aparelhamento escolar, relatórios de atividades, além da bibliografia especializada.

Palavras-chave: Orfanato; educação de meninas; registros.

### ABSTRACT

The present study aims to show the contribution of different sources to study the History of Education and is based on theories of Cultural History. Based on the material found in the archives of the Imaculada Conceição School and the old São Cristóvão Orphanage was possible to contemplate the fragments of his story. Through materials often produced by the institution itself can glimpse the educational practices, issues related to health and hygiene, household characteristics of the former internal as well as the learning transmitted. For this study, we used: statutes, minutes, registration books, school apparatus, activity reports and specific bibliography.

Keywords: Orphanage; girls' education; records.

\* Licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França (FSLF), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Membro do Grupo de Pesquisas em História da Educação: Intelectuais da Educação, Instituições Educativas e Práticas Escolares (GEPHE) e Professora da Rede Pública Estadual (SEED).

## BREVE HISTÓRICO DA CASA DE EDUCAÇÃO DE SÃO CRISTÓVÃO

O Orfanato de São Cristóvão foi fundado em 1911 pela ação da enfermeira da Santa Casa de Misericórdia de Sergipe, Dona Josefa Felizarda, que em suas andanças pelo interior do estado, trouxe ao conhecimento dos freis franciscanos, Cornélio Neises e Elias Essafeld, duas órfãs. A partir de então, não existindo na localidade um lugar para acolhimento de meninas desvalidas, fundou-se o Orfanato de São Cristóvão.

Dona Josefa Felizarda não ficou muito tempo à frente do trabalho, de modo que coube à professora Dona Maria Muniz a responsabilidade pela direção da casa. Porém, tendo em vista problemas de saúde, a mesma solicitou ao Frei Cornélio Neises seu afastamento. Atendendo ao pedido da referida professora, o vigário local buscou apoio junto ao seu confrade, Frei Amando Bahlmann que, em 1910, havia fundado a Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus. Desse modo, em 1922, as religiosas chegaram a São Cristóvão, a princípio para cuidarem das meninas órfãs e desvalidas. Porém, um ano depois, vendo a necessidade da implantação de uma escola para as meninas residentes no orfanato foram solicitados ao Bispo D. José Thomaz os direitos sobre os cuidados com a instituição. Com a concretização do pedido, fundaram, em 1923, anexo ao prédio do orfanato, a Escola da Imaculada Conceição, com o principal objetivo de “trabalhar pela educação religiosa das crianças.”<sup>1</sup>

Começou no dia 15 de janeiro do ano de 1923 a aula para as órfãs em que a Irmã Superiora se incumbiu do ensino. Ajudando nas lições de português D. Lucina. Conferiu-se pela manhã o ensino científico das 8 as 11 ½, pela tarde as orfãs foram empregadas nos trabalhos manuais, em que principalmente se dedicaram a ponto de marca, por chegar neste ramo sempre bastante encomendas.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> MONTEIRO, Maria Paiva. Relato escrito, datilografado e assinado pela professora. São Cristóvão: s.n.t. 24 de novembro de 1993, p. 01.

<sup>2</sup> Livro de Crônicas da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus (1922-1958), p. 02. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

Para o novo trabalho chegaram a Sergipe quatro irmãs neo-professas da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus e visando o bom desempenho da instituição, cada irmã assumia uma tarefa: Irmã Úrsula<sup>3</sup> e Irmã Escolástica<sup>4</sup> eram responsáveis pela direção da casa; além disso, cabia à primeira dar aulas de catecismo e cuidar da Irmandade dos Anjos, e à segunda dirigir a Pia União das Filhas de Maria. Quanto a Irmã Joana Bodefelf,<sup>5</sup> por apresentar maiores dificuldades com a língua portuguesa, era auxiliada pela Irmã Batista da Silva<sup>6</sup> e juntas cuidavam da cozinha, dos trabalhos na horta, do galinheiro e dos afazeres domésticos.

Foi durante o governo de Maurício Graccho Cardoso que o Orfanato de São Cristóvão conseguiu alguns incentivos; por isso, em 06 de novembro de 1925, através da lei nº 925, o governo regulamentou a instituição. Através dessa lei percebemos que alguns aspectos são bem marcados, como por exemplo: o amparo à infância feminina e desvalida, bem como o número

<sup>3</sup> Irmã Úrsula Luttig (Mathilde Luttig) nasceu em 05 de março de 1895 em Wewelburg, Westfália - Alemanha, vinda de uma família de 11 irmãos. Terminando o curso primário em 1909, continuou seus estudos no Seminário Pedagógico, recebendo o diploma de professora em 1915. Em 1920 solicitou admissão na Congregação das Irmãs Imaculada Conceição da Mãe de Deus. Iniciou suas atividades no Orfanato São José em Santarém - Pará, servindo também no Orfanato de São Cristóvão. Faleceu em 15 de abril de 1984, na enfermaria da Casa Provincial em Belém, Estado do Pará. Fonte: Necrológio da Irmã Úrsula Luttig. Arquivo da Província do Coração de Maria- Belém/Pará.

<sup>4</sup> Irmã Scholástica Hilmer (Joseph Hilmer) nasceu em 15 de junho de 1892 em Gimble, Alemanha. Professora em 08 de dezembro de 1919 e no mesmo ano desembarcou em Recife/PE, seguindo para Santarém/PA. Exerceu o magistério em Monte Alegre/PA e Salvador/BA. Foi superiora do Orfanato de São Cristóvão/SE. Construiu o Ginásio Santa Bernadete, o qual foi fechado em 1969. Durante sua vida religiosa ocupou diversos cargos na congregação, tanto em âmbito nacional, quanto em âmbito internacional. Em 31 de agosto de 1975, faleceu no Sanatório Espanhol em Salvador/BA. Seu corpo foi sepultado no Cemitério Campo Santo na mesma cidade. Fonte: Necrológio Irmã Scholastica Hilmer. Arquivo: Convento Dom Amando, Salvador-BA.

<sup>5</sup> Johanna Bodefelf, recebeu em 08 de dezembro de 1918 em Muenster, Alemanha, o hábito da congregação. Em 1920, juntou-se a dez irmãs e veio trabalhar em Santarém, no Estado do Pará. Em 1922, chegou à cidade de São Cristóvão para o trabalho no Orfanato. Depois de um período dirigindo a Comunidade de Santa Clara, no Ceará, voltou a São Cristóvão, em 1929. Após um período na administração do Seminário de João Pessoa, retornou novamente a Sergipe onde permaneceu entre os anos de 1940 a 1952. Faleceu em 05 de junho de 1959 em Dusseldorf, Alemanha. Fonte: Necrológio da Irmã Johanna Bodefelf. Arquivo Convento Dom Amando, Salvador-BA.

<sup>6</sup> Irmã Maria A. Batista da Silva nasceu em 24 de abril de 1905 em Pavuna, Estado do Ceará, ingressou na Congregação em 11 de fevereiro de 1921, fazendo seus votos perpétuos em 12 de agosto de 1925. Antes de seu falecimento era membro da Comunidade Santa Clara em Canindé-Ceará. Faleceu em 11 de outubro de 1990 na cidade de Canindé/CE. Necrológio da Irmã Maria A. Batista da Silva. Arquivo Convento Dom Amando, Salvador-BA.

de meninas a serem atendidas e a importância financeira a ser destinada para o andamento da casa. Assim, o documento define:

Art. 1º – Fica o governo autorizado a regulamentar o Orfanato de São Cristóvão.

Art. 2º – No sentido de amparar a infância desvalida, o Estado subvencionará o Orfanato de São Cristóvão com a importância anual de 12:000\$000 (Doze Contos de Réis).

Art. 3º – O estado poderá internar no referido Orfanato até 50 (cincoenta) meninas.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.<sup>7</sup>

Com essa lei, garantindo a subvenção àquela instituição, os recursos que sempre estiveram aquém do que realmente era necessário, obtiveram uma melhoria, uma vez que as dificuldades eram imensas.

Não podemos esquecer que no ano de sua fundação, apenas 15 meninas poderiam ser aceitas, porém com o advento da lei nº 925, a casa poderia receber até 50 meninas, lembrando que as mesmas seriam enviadas através do Estado. Sobre a matrícula de meninas para ocuparem as vagas na referida instituição, vislumbramos que as indicações do governo ocorriam através de alguns órgãos de assistência social do Estado, mas era comum que pessoas que influenciavam a política local apresentassem nomes de meninas que ficariam sob sua responsabilidade.

Chegar ao orfanato poderia ser considerado uma importante conquista, tendo em vista a grande procura pelas vagas e as “indicações” feitas por pessoas de prestígio que pediam em favor de suas protegidas, geralmente filhas ou netas das empregadas de suas residências.

Para ser admitida no orfanato e, conseqüentemente, obter uma vaga na escola, a menor deveria cumprir alguns pré-requisitos, tais como: estar na faixa-etária entre 05 e 10 anos, ser órfã de um dos genitores, comprovação de certidão de registro civil como prova da

<sup>7</sup> SERGIPE, Lei nº 925 de 06 de novembro de 1925. Regulamenta o Orfanato de São Cristóvão. Aracaju: s.n.t., 1925 (Caixa 15 – Arquivo Público de Sergipe- APES).

idade requerida segundo os estatutos, atestado de orfandade<sup>8</sup>, certidão de batismo, atestado médico que comprovasse a ausência de doença contagiosa, atestado de vacina.<sup>9</sup> Mediante essas etapas, caberia ao Diretor-Presidente receber a requerente ou não.

Uma situação bem comum para a entrada de menores na instituição se configurava no fato de que meninas cujos genitores eram falecidos e algum familiar disponibilizasse os recursos financeiros, a mesma seria aceita cabendo ao seu responsável legal ou protetor pagar as despesas pela sua permanência:

Foi apresentada à mesa uma petição do Sr. Sylvio Garcez pedindo a admissão da menor Adélia Garcez com nove anos de idade, natural de Itaporanga [...]. Foi admitida com a condição de ser o protetor obrigado a entrar com a importância de Dez Mil Contos de Réis (10\$000) mensalmente ao Orfanato.<sup>10</sup>

Ou ainda:

Foi admitida como órfã, a menor Maria José Siqueira Mello, filha da finada Maria Luiza Mello e neta de D. Thereza Dias, com 6 anos de idade, sendo esta obrigada a entrar com a importância de Dez Mil Contos de Réis(10\$000) mensalmente, a contar da data da inscrição, para a tesouraria do Orfanato, além do enxoval necessário.<sup>11</sup>

Outros casos também chamam a atenção: o fato de que algumas meninas eram admitidas sem ter o nome revelado, a idade ou filiação, porém eram indicadas por pessoas estimadas na sociedade. Em 18 de abril de 1920 a mesa diretora do orfanato recebeu, “Do Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr<sup>o</sup>.

<sup>8</sup> O atestado de Orfandade era expedido pelo delegado de polícia da capital. Encontramos a referência ao presente documento no Livro de Atas da Sociedade Orfanato de São Cristóvão (1911-1935) p. 60. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

<sup>9</sup> Estatutos do Orfanato da Imaculada Conceição da Cidade de São Cristóvão, 1957, p.09.

<sup>10</sup> Livro de Atas da Sociedade Orfanato de São Cristóvão (1911-1935), p. 64. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

<sup>11</sup> Livro de Atas da Sociedade Orfanato de São Cristóvão (1911-1935), p. 59. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

José Joaquim Pereira Lobo<sup>12</sup> um pedido por meio do Revm<sup>o</sup>. Diretor, no sentido de ser admitida neste orfanato a menor órfã.....com ....anos de idade, natural de.....”<sup>13</sup>. Ao analisarmos o caso ilustrado podemos perceber que esse tipo de artifício era utilizado como forma de “proteger a honra das famílias, escondendo frutos de amores considerados ilícitos”<sup>14</sup> ou até mesmo “servir para defender a honra das famílias cujas filhas teriam engravidado fora do casamento”<sup>15</sup>. Essa prática será legitimada, através do Código de Menores de 1927 em seu art. 6º, por meio do qual se declara que: “As instituições destinadas a recolher e criar expostos terão um registro secreto, organizado de modo a respeitar e garantir o incógnito, em que se apresentem e desejem manter os portadores de crianças a serem asiladas”<sup>16</sup>.

Por esse motivo, em livros de instituições educativas voltadas às crianças desvalidas, omitem-se muitas vezes o nome dos pais, deixando apenas o nome dos benfeitores ou o logradouro para contatos. Dessa maneira, o direito ao sigilo era respeitado, mantendo-se em segredo os dados de qualquer menor asilado.

Quando chegavam ao orfanato, cada menina recebia um número que seria bordado em todos os seus pertences pessoais. Esse procedimento dava o tom de organização ao ambiente, pois aquela que se descuidasse dos seus objetos logo seria descoberta e sofreria as sanções previstas. “Pois o estilo de vida nos recolhimentos era totalmente conventual, expresso nas práticas religiosas, na simplicidade do vestir e no controle

<sup>12</sup> Joaquim José Pereira Lobo, nascido em São Cristóvão em 1864. Eleito para governar o Estado de Sergipe de 1918 a 1922, foi o último dos militares, durante a 1ª República, a administrar com o respaldo popular. DANTAS, José Ibaré. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 2004, p. 37.

<sup>13</sup> O registro se encontra tal qual no livro de atas. Nele não há citação sobre o nome dos pais ou responsáveis. O nome, idade e procedência da menor também não são revelados. Livro de Atas da Sociedade Orfanato de São Cristóvão (1911-1935), p. 64. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

<sup>14</sup> ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de Crianças no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. *A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009, p.178.

<sup>15</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil (1726-1950). In: FREITAS, Marcos Cezar. *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006, p.74.

<sup>16</sup> BRASIL, Decreto nº 17.934-A de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de Assistência e Proteção a menores. Disponível em <<http://www2camara.gov.br>>. Acesso em 04 de novembro de 2010.

dos contatos com o mundo exterior”.<sup>17</sup> Assim, as regras deveriam ser cumpridas de forma ordeira e sem questionamentos.

### DOS LIVROS DE MATRÍCULA E FREQUÊNCIA ESCOLAR: QUEM ERAM ESSAS MENINAS?

Um ponto importante para o entendimento das práticas realizadas no Orfanato de São Cristóvão e na Escola da Imaculada Conceição, diz respeito à análise dos livros da instituição. Observando os livros de matrícula, notamos que, em 1911, Frei Joaquim Benke, OFM, (Ordem dos Frades Menores) ao abrir o primeiro livro destinado à inscrição de meninas solicita que sejam preenchidos alguns itens, como por exemplo: nome da órfã, nome dos pais e cor<sup>18</sup> (branca ou mestiça). A partir de 1933 aparecem as denominações parda, preta e morena; quanto à filiação (legítima<sup>19</sup>, ilegítima ou natural<sup>20</sup>); nome dos pais, local onde os pais residiam, idade, data de entrada e saída, motivo e observações. São acrescentadas, ainda, informações sobre os sacramentos como Batismo, Primeira Eucaristia e Confirmação. Ao analisarmos os mesmos livros em outros períodos, como nos anos de 1948-1949<sup>21</sup>, 1953-1959, 1957-1961 e 1962-1964, observamos mudanças quanto às características das internas e o detalhamento das mesmas.

<sup>17</sup> RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 26.

<sup>18</sup> No primeiro livro de matrícula da instituição Orfanato de São Cristóvão datado de 1911 a palavra “qualidade” designa cor.

<sup>19</sup> A legitimidade indicava a necessidade de proteção do infortúnio da perda de seu protetor, o pai, que lhe poderia garantir no futuro o lugar social mais valorizado para a mulher. O asilo substitui a tutela do pai, oferecendo os meios necessários para as futuras mães de família reproduzirem o seu lugar na sociedade, tais como, a educação para o lar, o enxoval de casamento e o dote. RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 25-26.

<sup>20</sup> Referente a bastardo- que nasceu fora do matrimônio; modificado, degenerado, filho ilegítimo. FIGUEIREDO apud RIZZINI, Irene. In: *O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2008, p. 179.

<sup>21</sup> O livro do referido período tem a denominação de Livro de Matrícula, Frequência e Aparelhamento Escolar (1953-1959). Durante a pesquisa percebemos que a partir de um determinado momento a instituição contava com livros para Matrícula e Ponto Diário e outros mais completos e detalhados, como os acima citados. Casos semelhantes nos livros de 1953 a 1959.

O livro de registros de 1948-1949 está dividido em três partes: Matrícula, Frequência Diária e Aparelhamento Escolar. O mesmo contém o termo de abertura, com os dados referentes à escola, como endereço, cidade, distrito, município, data de abertura e nome e assinatura do professor regente. Os outros itens dizem respeito ao número de matrícula, data, nome do aluno, sexo, certidão do registro civil, data de nascimento (dia/mês/ano), idade, nacionalidade, ano que vai cursar, tempo escolar (em anos) na própria escola e em demais. Procedência do aluno (de outra escola e seu tipo: F- federal, E-estadual, M-municipal e P-particular), aproveitamento (aprovado e reprovado), grau de aproveitamento, exclusão de aluno (dia/mês/ano), nome do responsável (tipo: pai, mãe ou responsável) residência, características dos pais (nacionalidade, profissão, instrução e religião). Ao todo eram preenchidos 34 itens.

Após os registros de matrícula, o livro traz a frequência diária com o nome das alunas, movimento diário e movimento mensal e, por fim, a relação dos móveis e utensílios da escola. Constatamos a mesma forma de organização nos livros referentes ao período de 1953 a 1959.

Vale lembrar que o material referente aos anos de 1948 a 1964, mostra uma organização mais institucional, pois esses livros diários seguiam o modelo estabelecido pela Instrução Pública. No período de 1957 a 1961, o livro de matrícula atende as especificações do Ministério da Educação e Saúde, embora o modelo usado na instituição fosse dirigido ao Serviço de Educação de Adultos<sup>22</sup>. Quanto ao registro escolar, referente aos anos de 1962 a 1964, o livro de matrícula continha outras partes como frequência diária, aproveitamento e comportamento. O modelo utilizado fazia parte do padrão do período, trazia na contracapa as seguintes solicitações: nome singular da escola, município, distrito, endereço, qual o material disponibilizado em sua construção, informações sobre o telhado, número de salas para aula,

<sup>22</sup> Devido a falta dos livros de Registro Escolar, a Escola da Imaculada Conceição recebeu entre os anos de 1956-1961, o Livro de Registro Escolar direcionado à Educação de Adultos, por esse motivo a necessidade de adaptação dos mesmos.

se dispunha de água encanada e luz elétrica e se a instituição contava com moradia para professor. Além dessas informações o livro trazia instruções para a correta escrituração do registro escolar e um indicador das principais profissões.

Com um olhar mais direcionado desses instrumentos de registro, foi possível obter um perfil das famílias das internas. Assim, percebemos que, em sua maioria, as internas que fizeram parte do Orfanato de São Cristóvão e da Escola da Imaculada Conceição eram provenientes de municípios sergipanos como: Itaporanga D'Ajuda, Santa Luzia do Itanhy, Estância, Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras e Carmópolis, Aracaju, Capela, Cedro de São João, Lagarto, Simão Dias, Riachão do Dantas, Tobias Barreto, Frei Paulo, Itabaiana, Divina Pastora, Maruim e Riachuelo. E também de Estados como Alagoas, Bahia e Pernambuco.

Através do informado verificamos que a instituição não recebia apenas meninas do município, mas de muitas regiões de Sergipe, ultrapassando, inclusive, os limites estaduais. Os livros analisados não apontam como o nome da instituição conseguiu ir além do Estado, mas tendo em vista que a Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus desenvolve um trabalho específico na região Norte, a procura pela casa de educação de São Cristóvão estaria justificada, até porque a congregação foi a fundadora do Orfanato de São José, em Santarém, no Estado do Pará.

Estando esse orfanato localizado na região Norte do Brasil, poderia certamente existir uma migração de meninas desvalidas das regiões próximas para São Cristóvão. Vale lembrar que muitas meninas eram indicadas para instituições da própria congregação pelas religiosas, como no caso de algumas internas do Orfanato de São Cristóvão que após concluírem seus estudos e mediante permissão de parentes e o desejo de prosseguirem se aperfeiçoando foram enviadas para o Ginásio Santa Bernadete, em Salvador/BA ou para Colégio da Imaculada Conceição em Capela/SE.

Através dos registros constatamos que quanto ao grau de instrução, os pais contavam com o curso primário, já as mães eram, em sua

maioria analfabetas. No tocante às profissões vislumbramos que para os pais havia uma gama maior de atividades remuneradas; extraímos dos livros as profissões mais freqüentes, são elas: lavrador, mecânico, carpinteiro, pintor, açougueiro, tropeiro, barbeiro, marceneiro, pescador, oleiro, canoeiro, padeiro, bagageiro, *chauffer*, caixeiro, vaqueiro, salineiro, estivador. Já em relação às mães, as opções são mais reduzidas, tais como: cozinheira, dona de casa, costureira, engomadeira, lavadeira e tecelã. Quanto à religião, em todos os casos os responsáveis se declararam católicos.

Com um conceito elevado e sob a responsabilidade de uma congregação conceituada, muitos foram os pedidos em busca de uma vaga na referida casa. Por esse motivo, observamos que a cada período nomes tanto da política local quanto da sociedade solicitavam a entrada de meninas para viverem em regime de internato.

Nos anos de 1948 a 1949<sup>23</sup> são realizados pedidos por parte do Dr. Maurício Graccho Cardoso<sup>24</sup>, Leandro Maciel<sup>25</sup>, Prof<sup>o</sup>. José de Alencar. De 1953 a 1959 os pedidos mais freqüentes são os de

<sup>23</sup> Os nomes apresentados foram os mais citados nos referidos períodos. Ter acesso as informações quanto aos responsáveis pelas indicações só nos foi possível através dos livros de Matrícula, Frequência e Aparelhamento Escolar do período de 1948 a 1967, uma vez que os mesmos trazem itens que nos ajudaram a elucidar essas questões.

<sup>24</sup> Maurício Graccho Cardoso nasceu em 09 de agosto de 1874 em Estância – SE. Filho do renomado Professor Brício Cardoso, seguiu o percurso da Juventude de sua época, fez parte da Escola Militar do Rio de Janeiro, optando pela carreira do Direito. Sua primeira experiência política se processa no Ceará, quando assume vários cargos políticos. Torna-se Presidente de Sergipe em 1922, realizando várias obras e dando certo impulso à educação. Participou da Constituinte de 1934. Em 1946, volta à cena política como integrante da Câmara Federal. Faleceu em 03 de agosto de 1950, durante uma sessão plenária. SANTANA, Josineide Siqueira de. Maurício Graccho Cardoso e as realizações Educacionais em Sergipe (1922-1926). In: VII Encontro Cearense de Historiadores da Educação- I Encontro Cearense de Geografia da Educação: Políticas, tempos e Territórios de Ações Educacionais *Anais VIII Encontro Cearense de Historiadores da Educação e I Encontro de Geografia da Educação*. Fortaleza: UFC, 2009. p. 01;07 (cd-rom)

<sup>25</sup> Nascido em 08 de dezembro de 1897, no município de Rosário do Catete. Filho do Bacharel Leandro de Siqueira Maciel e Ana Maynard Maciel. Ingressou na política, elegendo-se deputado federal em 1930, para um mandato até 1932. Teve atuação destacada nos pleitos de 1933/1935. Participou da formação da UDN em Sergipe. Elegeu-se constituinte em 1946, fazendo acordo com os comunistas. Governou Sergipe em 1954. Faleceu em Aracaju a 14 de julho de 1984. BARRETO, Luiz Antônio. *Personalidades Sergipanas*. Aracaju: Typografia Editorial, 2007. p. 198-202

Francisco Leite Neto<sup>26</sup> e esposa, Dr. Lourival Baptista<sup>27</sup> e esposa, Família Franco<sup>28</sup>, Sr. João Hora,<sup>29</sup> Dr. Café Filho<sup>30</sup>, Dr. Silvério Leite Fontes<sup>31</sup>, Dr. Niceu Dantas<sup>32</sup>, Dr. Carlos Firpo<sup>33</sup>, D. Leyda Régis,

<sup>26</sup> Francisco Leite Neto, nasceu em Riachuelo em 14 de março de 1907. Bacharelou-se em Direito, no Estado da Bahia, regressando a Aracaju, onde iniciou sua carreira de advogado e pensador do Direito. Foi Diretor da Penitenciária Modelo, construída em 1926, pelo governador Graccho Cadoso. Participou da Assembléia Constituinte Estadual em 1935. Além de político, foi professor, escritor e orador do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe (IHGS). Faleceu em 19 de dezembro de 1964, aos 57 anos. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler>>. Acesso em 14 de dezembro de 2010.

<sup>27</sup> Nascido na localidade “Sítio do Meio” município de Entre Rios, Estado da Bahia em 03 de outubro de 1915. Médico de formação, atuou na Fábrica São Gonçalo no atendimento aos operários. No período de 1951-1954 foi prefeito de São Cristóvão. Integrante da ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Eleito pelo voto indireto para Governador do Estado no período de 1968-1970. BARRETO, Luiz Antônio. *Personalidades Sergipanas*. Aracaju: Typografia Editorial, 2007, p. 244.

<sup>28</sup> A família Franco, representada por Adélia do Prado Franco e pelo Coronel Albano do Prado Pimentel Franco, tiveram na pessoa do filho Augusto Franco, grande influência em muitos campos da vida sergipana. A família destacou-se principalmente na condução da Fábrica de Tecidos São Gonçalo, que empregava parte significativa da população de São Cristóvão; do Banco de Comércio e Indústria de Sergipe, da Usina São José do Pinheiro, no município de Laranjeiras – SE, produtora de açúcar, e da Fábrica Sergipe Industrial. No período de 1979-1982, governou o estado, sendo eleito pela ARENA. BARRETO, Luiz Antônio. *Personalidades Sergipanas*. Aracaju: Typografia Editorial, 2007, p. 90-92.

<sup>29</sup> Comerciante nascido em Riachão do Dantas, em 22 de dezembro de 1906, dono da loja “A Moda” e construtor do Edifício Mayara em Aracaju, foi também um dos maiores desportistas sergipanos, que dá seu nome ao estádio do Club Sportivo Sergipe. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler>>. Acesso em 14 de dezembro de 2010.

<sup>30</sup> Encontramos três indicações feitas pelo então Presidente da República Dr. Café Filho, em todos os registros o endereço do responsável constava apenas a “cidade do Rio de Janeiro”.

<sup>31</sup> Nascido em Aracaju a 06 de abril de 1924, filho de Silvério Leite Fontes e Iracema Leite Fontes. Formado pela Universidade de Direito da Bahia, professor titular e procurador da Universidade Federal de Sergipe. Escreveu sobre vários temas, entre eles citamos: “Labatut em Sergipe”, “Formação do Povo Sergipano”, “Jackson de Figueiredo – Cem Anos”. Faleceu em 06 de dezembro de 2005 na cidade de Aracaju. Disponível em: <<http://silveriofontes.com.br/biografia.html>>. Acesso em 14 de dezembro de 2010.

<sup>32</sup> O Dr. Niceu Dantas foi juiz em Sergipe nos anos 50 do Século XX.

<sup>33</sup> Carlos Alberto Menezes Firpo, nasceu em 14 de abril de 1912, em Aracaju/SE. Filho de João Firpo e Dona Antônia Menezes Firpo. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1933. Médico Obstetra, dirigiu por nove anos o Hospital Santa Isabel, onde promoveu uma total transformação com a construção de um novo centro cirúrgico. Foi prefeito nomeado de Aracaju de 1941 a 1942, na 2ª Interventoria de Augusto Maynard Gomes. Morreu assassinado em 29 de abril de 1958, com 46 anos em Aracaju. <<http://linux.alfamaweb.com.br/asm/dicionariomedico>>. Acesso em 14 de dezembro de 2010.

SAM<sup>34</sup> e LBA<sup>35</sup>. Neste período contamos, efetivamente, com o envio de meninas feito, principalmente, pelos órgãos governamentais.

A preocupação em encaminhar as meninas foi sentida até nos meios governamentais bem antes dos períodos citados, pois em 27 de abril de 1926, dando cumprimento à Lei nº 925, de 06 de novembro de 1925, o Governo do Estado resolve:

Art.1º O governo do Estado subvencionará o Orfanato de São Cristóvão, com sede na cidade de mesmo nome, educandário de meninas órfãs e desvalidas ficando esse instituto sujeito às obrigações seguintes:

a) Internar até 50 meninas órfãs ou desvalidas de 4 a 12 anos de idade, apresentadas pelo governo, além das admitidas pela diretoria do Orfanato.

b) A ministrar a essas menores não só o ensino primário como o de prendas domésticas e tudo quanto interesse a boa direção da casa.<sup>36</sup>

Vale ressaltar que “tudo o quanto interesse a boa direção da casa” consistia, principalmente, nas aulas de bordados, bons modos e na prática da religião que incluía, entre outras coisas, orações e a participação diária na missa. Através desse documento percebemos o desejo de se associar nas primeiras décadas do século XX a educação feminina à modernização da sociedade, à higienização da família e formação dos futuros cidadãos. “A ênfase na escolarização feminina vincula-se à função social de educadora dos filhos”<sup>37</sup>.

<sup>34</sup> O Serviço de Assistência a Menores (SAM) foi criado em 1941 pelo governo de Getúlio Vargas. No decorrer de sua história a instituição teve seus objetivos desviados ao se tornar exemplo de clientelismo e “cabide de emprego”. Mais informações, ver: RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 33-34.

<sup>35</sup> A Legião Brasileira de Assistência, (LBA) surgiu em 1942 com o objetivo de promover serviços de assistência social, prestar decidido concurso ao governo e trabalhar em favor do processo de serviço social no Brasil. Mais informações: FALEIROS, Vicente de Paula. *Infância e processo político no Brasil*. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. *A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2009, p.53.

<sup>36</sup> SERGIPE, Lei nº 931 de 27 de abril de 1926. Concede subvenção ao Orfanato de São Cristóvão: s.n.t., 1926 (Caixa 16 – Arquivo Público Estadual – APES).

<sup>37</sup> FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Pesquisando a educação feminina em Sergipe na passagem do século XIX para o século XX. In: *Revista Semestral do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe*. Volume 4. São Cristóvão: UFS/NGPED, jan/jun 2002, p. 50.

A educação feminina pretendia levar à mulher a adquirir as virtudes para ser uma boa mãe e esposa, por isso não se fazia necessário adentrar ao conhecimento de tantas disciplinas, pois, provavelmente, elas não seriam utilizadas no universo doméstico.

Outro ponto que podemos extrair da preocupação governamental diz respeito à nova forma de pensar a nação e quais os indivíduos que formariam a mesma. O desejo de sanear o país, principalmente no tocante à infância, foi elaborado como parte de um projeto nacional desde os primeiros anos da República, em que se fazia necessária a construção do novo cidadão brasileiro e para que o país não fosse tomado pela desordem, imoralidade e outros males, deveria proteger a criança, pois através dela o país seria salvo:

O significado social da infância circunscrevia-se na perspectiva de moldá-la de acordo com o projeto que conduziria o Brasil ao seu ideal de nação. Nas primeiras décadas do século XX, a preocupação com a infância, como problema social, refletia a preocupação futuro do país [...]. A consciência de que na infância estava o futuro da nação, tornava necessário criar mecanismos que protegessem a criança dos perigos que pudessem desviá-la do caminho do trabalho e da ordem.<sup>38</sup>

Faz-se necessário lembrar o papel da religião nesse processo educacional: rezar, repetir as ladainhas, freqüentar as missas diariamente e estar em dia com os sacramentos, tudo isso fazia parte do cotidiano das meninas. A partir de suas práticas educativas direcionadas às crianças a Igreja Católica mostrava sua presença no interior das instituições que as acolhiam.

Alcançar primeiro a infância estava em consonância com a Doutrina Social da Igreja que exprimia a preocupação em atender a necessidade de educação do povo pobre, preparando-o para o

<sup>38</sup> RIZZINI, Irene. *O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2008, p. 83.

futuro. As crianças representavam um segmento importante na construção do futuro, por isso incomodavam quando mendigavam pelas ruas [...] atender à criança desamparada ou carente trazia a intenção oculta de se evitar o adulto desajustado.<sup>39</sup>

A Igreja não pautou sua intervenção apenas nos valores sociais, mas na difusão de valores religiosos e espirituais. Ou seja, tornar a criança o que se desejava do adulto futuro: responsável, ordeiro, trabalhador, ético e moral. Assim, aproximar-se dos esquecidos pela sociedade, principalmente quando estes eram crianças carentes significava o “cuidar dos menos favorecidos”.

Com o passar dos anos a Escola da Imaculada Conceição ou simplesmente a Escola do Orfanato, como era conhecida, tornou-se uma instituição respeitada e consolidada, devendo cumprir com todas as exigências impostas tanto pelo fato de ser um instituto confessional quanto pela instrução pública que garantia não só seu funcionamento, mas o recebimento de subvenções dos órgãos públicos, uma vez que além da escola, a instituição era formada também pela casa de órfãos.

O prédio do Orfanato de São Cristóvão contava com um terreno cuja área era 3.311 m<sup>2</sup>, sendo que 1.184 m<sup>2</sup> constituía a parte edificada que era composta por dois prédios: um deles com um andar superior, dez compartimentos sanitários, e duas salas de aulas. Anexo ao prédio havia a Capela de Santa Isabel ou da Visitação de Maria, batizada, anos depois, com o nome de Capela da Imaculada Conceição, provavelmente pela devoção das novas moradoras.

No andar térreo, encontramos sala de ofícios, sala de estar, pátio, uma gruta em louvor a Nossa Senhora de Lourdes, refeitório pequeno, cozinha, saleta de dispensa, 03 quartos, lavanderia, depósito e um espaço dedicado ao lazer das internas. O andar superior comportava, enfermaria, uma sala para as religiosas e 09 quartos, posto que no orfanato só poderiam residir 09 religiosas, e 02 dormitórios para as internas, sendo que um

<sup>39</sup> NASCIMENTO, José Mateus. Vinde a mim os pequeninos... Práticas Educativas da Diocese de Natal (1945-1955). In: PAIVA, Marlúcia Menezes de. *Igreja Católica e suas práticas culturais*. Liber Livro: Brasília, 2006, p. 68-69.

deles chegava a comportar até 120 meninas e o outro um número menor. Esse andar ainda contava com banheiros para as internas e as religiosas.

Quanto à escola, continha duas salas de aulas e um teatro. As aulas eram ministradas geralmente por uma professora leiga e envolvia o aprendizado de duas turmas. O espaço em que as meninas circulavam, embora fosse uma escola, estava impregnado de concepções e ideais religiosos; por esse motivo:

A arquitetura religiosa trata de dar forma a algo não terreno, onde se deve representar o espírito, seja por meio do símbolo, da forma, da cor, da luz ou da obscuridade. A realidade divina se faz consciente em nós, como uma sensação de impotência e insignificância [...] Em uma palavra, se ativa o processo completo de relações divino-humanas.<sup>40</sup>

No que diz respeito à administração, era formada por uma Diretoria Geral do Orfanato de São Cristóvão e estava assim composta: pelo Diretor – o Vigário da Paróquia de São Cristóvão; Diretora ou Proveedora – Superiora da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, a quem é confiada à educação das órfãs; Tesoureiro; Secretário e quatro Vogais<sup>41</sup> eleitos anualmente em sessão previamente convocada para esse fim.

#### DOS RELATÓRIOS, ATAS, CRÔNICAS E INVENTÁRIOS: SAÚDE, HIGIENE, MATERIAIS DIDÁTICOS E O APRENDIZADO DA CASA DE EDUCAÇÃO DE SÃO CRISTÓVÃO

Os relatórios nos proporcionam uma visão do funcionamento geral da instituição, dentre outras coisas, o número de internas, acompanha-

<sup>40</sup> LIZENBACH apud CHORNOBAI, Gisele Quadros Ladeira. “Respirando a Fragância da Piedade Cristã”: Considerações sobre o espaço escolar católico: a Escola Normal de Sant’Ana (1947-1960). In: BENCOSTTA, Marcus Levy A. *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar*. São Paulo: Editora Cortez, 2005, p. 205-206.

<sup>41</sup> “Vogal” significa pessoa que tem voto em assembleia.

mento sanitário e educacional, as despesas e problemas, tais como: “a falta de fazendas, calçados e, sobretudo a escassez de espaço no dormitório”<sup>42</sup>. Devido à falta de espaço as irmãs passaram a utilizar a “enfermaria, quando desocupada ou juntar as camas,”<sup>43</sup>. Atitudes como essa iam de encontro a tudo o que pregavam as práticas de higiene, uma vez que um dos principais objetivos das práticas higienistas, seria evitar doenças e criar hábitos saudáveis para a sociedade.

No tocante ao Estado Sanitário, a instituição apresentava muitas dificuldades, pois ocorreram dois casos suspeitos de gripe e impaludismo, o que ocasionou muita apreensão a todas as moradoras do orfanato. Segundo análise documental, as menores só foram aceitas porque a moléstia “não se tinha generalizado quando apresentaram atestados de saúde, na data de entrada”.<sup>44</sup>

Outros casos referentes à saúde foram registrados nos livros da instituição escolar, por exemplo, o caso da aluna Maria José de Menezes que foi afastada da escola em 1937. Geralmente, os livros não dão conta do nome da moléstia, apenas informam o motivo do afastamento.

No livro de Atas da Sociedade do Orfanato de São Cristóvão, encontramos o seguinte relato:

Pelo que existem presentemente 65 órfãs e educandas, destas uma se acha no Hospital de Cirurgia de Aracaju. Em 1928, não foi lisonjeiro o estado sanitário das meninas que foram acometidas de moléstia de pele. A falta d'água, escassa durante o ano, foi atribuída a moléstia de pele que sofreram as crianças.<sup>45</sup>

A situação de higiene e saúde foi muitas vezes criticada pelo excesso de meninas que eram enviadas pelos órgãos governamentais àquele instituto, por isso encontra-se registrado no livro de Crônicas

<sup>42</sup> WALTER, Eusébio. Relatório de Atividades do Orfanato da Imaculada Conceição (Antigo Orfanato de São Cristóvão) s.n.t. 1941, p. 2. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

<sup>43</sup> Id.

<sup>44</sup> Ibid., p. 1.

<sup>45</sup> Livro de Atas da Sociedade do Orfanato de São Cristóvão (1911-1935), p. 77. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

da Congregação, do ano de 1927 que: “por causa de muitas meninas tão pobres que entraram pelo governo faltaram as camas necessárias no dormitório”<sup>46</sup>. As reclamações tinham procedência, uma vez que já existia todo um movimento em prol do higienismo, que dentre outras questões, pregava:

Que o domínio da organização escolar deveria abranger a profilaxia de todas as moléstias do homem na idade dos estudos primários; a regulamentação escrupulosa das medidas essenciais contra as doenças transmissíveis [...] nesse sentido, a escola seria o ambiente adequado para se vacinar e revacinar os jovens.<sup>47</sup>

Nos relatórios analisados, além das questões sanitárias nos é possível entender como se processava a educação das internas: a mesma era pautada no Curso Primário Fundamental, com quatro anos de duração; as aulas eram ministradas pela normalista diplomada, Maria Paiva Monteiro, professora primária de 1ª Entrância<sup>48</sup> e contava com o auxílio da Irmã Religiosa Natália Vieira. Todos os trabalhos desenvolvidos na Instituição eram voluntários, exceto o da professora Maria Paiva Monteiro, que recebia seus rendimentos dos cofres do Estado.

Ainda sobre a educação, destacamos o Currículo Escolar que seguia as determinações da Instrução Pública Estadual, sendo ministradas as disciplinas obrigatórias, além de dois cursos complementares: Trabalhos Manuais “que dura todo o tempo do internato e cujas lições vão sen-

<sup>46</sup> Livro de Crônicas da Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição da Mãe de Deus (1922-1958), p. 19. Arquivo: Lar da Imaculada Conceição.

<sup>47</sup> GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de Educação no Brasil*: Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.533.

<sup>48</sup> Depois de formada, a normalista deveria iniciar a carreira no interior, primeiramente em uma escola de primeira entrância, situada em um povoado. Passaria depois a lecionar em uma vila considerada segunda entrância. Em seguida, para a terceira entrância, uma escola situada na cidade. FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. *Vestidas de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950)*. (Coleção Educação é História) São Cristóvão, 2003, p.148-149.

Revista do IHGSE, n. 41, 2011

do graduadas à medida do gosto e capacidade das alunas;<sup>49</sup> e Artes Domésticas “em que as meninas se preparam para as atividades da vida futura por uma constante prática dos trabalhos caseiros assistidas pela direção das irmãs”.<sup>50</sup> O currículo do curso de Trabalhos Manuais apresentava as seguintes disciplinas: Corte e Costura e bordado, dando ênfase ao ponto de marca; já o curso de Artes Domésticas consistia no aprendizado de lavagem de roupa, goma, culinária, asseio da casa e jardinagem. Ambos eram ministrados por uma “irmã mestra diplomada em escola oficial do Estado da Baía”<sup>51</sup>.

Apesar da preocupação com a aprendizagem dos afazeres domésticos, o orfanato estava empenhado em adquirir uma máquina de escrever para que as meninas pudessem aprender datilografia e mecanografia, aumentando, assim, o número de cursos complementares oferecidos pela instituição.

A preocupação com o desenvolvimento da Língua Portuguesa, serviu de incentivo para que as alunas do 2º, 3º e 4º ano criassem um jornal escolar, intitulado “Memórias Infantis”<sup>52</sup>. O periódico circulou mensalmente durante todo o ano letivo e, segundo as informações apresentadas no Relatório de Atividades de 1941, tinha por objetivo “desenvolver-lhes a capacidade intelectual e o gosto pela leitura e escrita em nossa língua”<sup>53</sup>.

Para a realização de suas atividades estudantis, a Escola da Imaculada Conceição dispunha de mobiliário, utensílios e material didático. Através de levantamento do inventário da escola, foi possível conhecermos quais eram os materiais que a mesma dispunha, a quantidade e se eram renovados para um melhor aproveitamento da aprendizagem.

<sup>49</sup> WALTER, Eusébio. Relatório de Atividades do Orfanato da Imaculada Conceição (Antigo Orfanato de São Cristóvão) s.n.t., 1941 p. 3. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

<sup>50</sup> Id.

<sup>51</sup> WALTER, Eusébio. Relatório de Atividades do Orfanato da Imaculada Conceição (Antigo Orfanato de São Cristóvão) s.n.t. 1941 p.03

<sup>52</sup> O referido jornal escolar não foi encontrado em nenhuma das instituições que seguem: Instituto Histórico Geográfico de Sergipe (IHGS), Hemeroteca da Biblioteca Pública Epifânio Dórea (BPED) e no Arquivo da Escola do Lar da Imaculada Conceição.

<sup>53</sup> WALTER, Eusébio. Relatório de Atividades do Orfanato da Imaculada Conceição (Antigo Orfanato de São Cristóvão) s.n.t. 1941 p.03. Arquivo: Lar da Imaculada Conceição.

Quadro I – Mobiliário, Utensílios e Material Didático de uso permanente da Escola da Imaculada Conceição.

| Nº | Quant. | Caracterização do objeto             | Estado de conservação | Valor              | Entrada    | Procedência              |
|----|--------|--------------------------------------|-----------------------|--------------------|------------|--------------------------|
| 01 | 27     | Carteiras de Paraná 0,95x0,31m       | Regular               | Cr\$ 70,00         | 11/02/1925 | -                        |
| 02 | 10     | Carteiras de canela 1mx0,30m         | Bom                   | Cr\$100,00         | 16/07/1941 | Braz Nilo de Souza       |
| 03 | 02     | Mesas de canela envernizada 1mx0,60m | Bom                   | Cr\$ 250,00        | 02/02/1942 | Braz Nilo de Souza       |
| 04 | 01     | Relógio de parede                    | Regular               | Cr\$200,00         | 11/02/1925 | -                        |
| 05 | 01     | Quadro negro 1,01x1,22m              | Bom                   | Cr\$ 50,00         | 25/03/1923 | -                        |
| 06 | 01     | Quadro negro 0,91x1,33m              | Bom                   | Cr\$ 50,00         | 15/08/1923 | -                        |
| 07 | 01     | Quadro negro 0,74x0,97m              | Bom                   | Cr\$50,00          | 08/09/1919 | -                        |
| 08 | 02     | Armários de Cedro 0,53x0,29m         | Bom                   | Cr\$ 150,00 (cada) | 21/11/1942 | Tito José de Amorim      |
| 09 | 02     | Cadeiras de couro 0,33x0,29 m        | Regular               | Cr\$ 30,00 (cada)  | 02/02/1943 | -                        |
| 10 | 01     | Mapa Mundi 0,76x1,11m                | Regular               | Cr\$ 20,00         | 05/08/1937 | -                        |
| 11 | 01     | Mapa Geral do Brasil 0,98x0,92m      | Regular               | Cr\$ 20,00         | 05/08/1937 | -                        |
| 12 | 01     | Mapa do Brasil 1,03x1,08m            | Regular               | Cr\$ 20,00         | 13/06/1946 | Departamento do Café     |
| 13 | 01     | Mapa da América do Sul 1mx0,71m      | Mau                   | Cr\$ 20,00         | 08/12/1924 | -                        |
| 14 | 01     | Mapa da Oceania 0,95x1,25m           | Mau                   | Cr\$ 20,00         | 15/09/1925 | -                        |
| 15 | 01     | Mapa Mundi 0,96x1,25m                | Mau                   | Cr\$ 20,00         | 15/09/1925 |                          |
| 16 | 01     | Mapa da Ásia 0,95x1,25m              | Mau                   | Cr\$ 20,00         | 15/09/1925 |                          |
| 17 | 01     | Mapa de Sergipe 0,70x0,71m           | Regular               | Cr\$ 15,00         | 07/10/1945 | Departamento de Educação |

|    |    |                                      |         |            |            |                         |
|----|----|--------------------------------------|---------|------------|------------|-------------------------|
| 18 | 01 | Mapa do esqueleto Humano 0,68x0,45m  | Regular | Cr\$ 10,00 | 08/09/1932 | -                       |
| 19 | 01 | Carta de Parker 0,79x0,51m           | Regular | Cr\$ 60,00 | 19/03/1935 | Livraria Regina         |
| 20 | 01 | Carta de Ensino-intuitivo 0,79x0,57m | Regular | Cr\$ 50,00 | -          | Companhia Melhoramentos |
| 21 | 01 | Carta de Linguagem 0,74x0,56m        | Regular | Cr\$ 60,00 | 21/06/1944 | Livraria Regina         |
| 22 | 01 | Globo Terrestre                      | Regular | Cr\$ 20,00 | 26/07/1925 | -                       |
| 23 | 01 | Bureau                               | Bom     | -          | 18/05/1955 | Sr. Humberto Azevedo    |
| 24 | 07 | Carteiras 0,95x0,31m                 | Bom     | -          | 25/10/1956 | -                       |

Fonte: Livro de Matrícula, Frequência e Aparelhamento Escolar (1948-1949) e (1953-1959).  
Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

Com relação aos materiais que compunham o aparelhamento escolar da instituição, faremos um comparativo entre os materiais considerados necessários ao funcionamento escolar e os materiais da Escola da Imaculada Conceição. Segundo Rosa Fátima de Souza, para tudo era necessário material:

Para o ensino da aritmética, do sistema métrico decimal e da geometria: cartas de Parker, compassos, contadores mecânicos, quadro de geometria, tabuinhas, contador de mão e pé, caixa de formas geométricas, cadernos de aritméticas. Para o ensino da linguagem: coleção de abecedários e cartões parietais para leitura, ardósias, cartas de alfabeto, caderno de caligrafia. Para o ensino de geografia e história: globo terrestre, tabuleiros de areia, quadros de história do Brasil, mapas. Para o ensino de ciências físicas e naturais: laboratórios, museus, quadros, estampas, quadros de história natural, esqueleto humano, bússola, microscópios, peças anatômicas.<sup>54</sup>

<sup>54</sup> SOUZA, Rosa Fátima de, História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. IN: BENCOSTTA, Marcus Levy. *Culturas Escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007, p.175-176.

Desse modo, mesmo sendo a Escola da Imaculada Conceição direcionada à educação de meninas órfãs, contava com materiais didáticos diversificados, o que demonstra uma preocupação com a qualidade do ensino. Os mapas utilizados para o ensino da Geografia e das Ciências, bem como as Cartas de Parker<sup>55</sup> são um bom exemplo disso. Apesar dos materiais em alguns casos não se encontrarem com qualidade satisfatória, podemos dizer que os mesmos estavam em acordo com o previsto para o desenvolvimento das aulas.

Em suma, consideramos que apesar das dificuldades as irmãs missionárias tinham por objetivo dar uma boa formação religiosa e educacional para aquelas crianças, por isso todo o esforço empregado por elas tinha como único fim, transformar as internas em modelo de educação, bom comportamento e religiosidade, conforme o que almejava a sociedade nas primeiras décadas do século XX. Aproveitamos para chamar atenção para a importância das fontes utilizadas para a construção desse trabalho, pois sem as mesmas, ou mediante sua falta de conservação, registrar um pouco dessa história seria quase como juntar folhas ao vento.

## FONTES

BRASIL, Decreto nº 17.934-A de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de Assistência e Proteção a menores. Disponível em <<http://www2camara.gov.br>> acesso em 04 de novembro de 2010.

BRASIL, Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Tomba a Igreja e a Casa onde funcionam a Instituição Orfanato da Imaculada Conceição e Escola do Lar da Imaculada Conceição como Patrimônio Artístico Na-

<sup>55</sup> Francis Wayland Parker (1837-1902) desenvolveu um sistema pedagógico que o fez reconhecido por John Dewey como “pai da educação progressista”, inspirando também mais tarde Granville Stanley Hall. Em 1872 fez uma viagem de estudos à Europa; na Alemanha se familiarizou com a pedagogia de Herbart. Em 1875 retornou aos Estados Unidos, onde fora superintendente das escolas da cidade de Quincy, em Massachusetts. Parker elaborou diagramas numéricos fundamentados no Método Grube. Estes diagramas foram chamados de Cartas de Parker (Mapas aritméticos) e representam a forma de tratar o ensino de Aritmética de modo intuitivo. Mais informações, consultar: COSTA, David Antônio. *A Aritmética Escolar no Ensino Primário Brasileiro (1890-1946)*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP, 2010. (Tese de Doutorado) p. 122-123.

cional. Fonte: História da Província da Santa Cruz das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus. Arquivo do Convento Dom Amando- Salvador-BA.

Estatutos do Orfanato da Imaculada Conceição da Cidade de São Cristóvão 1957.

Livro de Atas da Sociedade Orfanato de São Cristóvão (1911-1935) p. 64. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

Livro de Crônicas da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus (1922-1958) p. 02. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

Livro de Matrícula, Frequência e Aparelhamento Escolar (1953-1959). Arquivo do Lar da Imaculada Conceição

MONTEIRO, Maria Paiva. Relatório das Atividades do Orfanato da Imaculada Conceição da Cidade de São Cristóvão, relativo ao exercício de 1966, apresentado na Reunião da Assembleia Geral em 29 de janeiro de 1967. s.n.t. 1967. p. 2. Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

Necrológio da Irmã Úrsula Luttig. Fonte: Arquivo da Província do Coração de Maria- Belém/Pará.

Necrológio da Irmã Maria A. Batista da Silva. Arquivo Convento Dom Amando, Salvador-BA.

Necrológio Irmã Scholastica Hilmer. Arquivo: Convento Dom Amando, Salvador-BA.

Necrologio Irmã Johanna Bodefelf. Arquivo: Convento Dom Amando, Salvador-BA.

SERGIPE, Lei nº 925 de 06 de novembro de 1925. Regulamenta o Orfanato de São Cristóvão. Aracaju: s.n.t., 1925 (Caixa 15 – Arquivo Público de Sergipe- APES)

SERGIPE, Lei nº 931 de 27 de abril de 1926. Concede subvenção ao Orfanato de São Cristóvão: s.n.t., 1926 (Caixa 16 – Arquivo Público Estadual – APES).

WALTER, Eusébio. Relatório de Atividades do Orfanato da Imaculada Conceição (Antigo Orfanato de São Cristóvão) s.n.t. 1941 p.03. Arquivo: Lar da Imaculada Conceição.

### SITES CONSULTADOS

<<http://www2camara.gov.br>> . Acesso em 04 de novembro de 2010.

<<http://silveriofontes.com.br/biografia.html>> . Acesso em 14 de dezembro de 2010.

<<http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler>> . Acesso em 14 de dezembro de 2010.

<<http://linux.alfamaweb.com.br/asm/dicionariomedico>> . Acesso em 14 de dezembro de 2010.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jane Soares de. *Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?* Campinas: Autores Associados, 2007.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de Crianças no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. *A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. Higienismo e Educação: Práticas Higienistas nas Escolas Primárias Graduated de Aracaju no início do século XX. In: VII Semana de História- A Historiografia de Maria Thétis Nunes. *Anais da VII Semana de História*. São Cristóvão, 2004, p. 22-31.

BARRETO, Luiz Antônio. *Personalidades Sergipanas*. Aracaju: Typografia Editorial, 2007.

COSTA, David Antônio. *A Aritmética Escolar no Ensino Primário Brasileiro (1890-1946)*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP, 2010. 276p. Tese (Doutorado em Educação Matemática).

DANTAS, José Ibarê. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Pesquisando a educação feminina em Sergipe na passagem do século XIX para o século XX. In: *Revista Semestral do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe*. Volume 4. São Cristóvão: UFS/NPGED, jan/jun 2002, p.45-65.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. *Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/ UNICAMP, 2003.279p. Tese (Doutorado em Educação).

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. *Vestidas de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950)*. (Coleção Educação é História) São Cristóvão, 2003.

GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de Educação no Brasil*: Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 518-544.

LIZENBACH apud CHORNOBAI, Gisele Quadros Ladeira. “Respirando a Fragância da Piedade Cristã”: Considerações sobre o espaço escolar católico: a Escola Normal de Sant’Ana (1947-1960). In: BENCOSTTA, Marcus Levy A. *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar*. São Paulo: Editora Cortez, 2005, p. 192-219.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil (1726-1950). In: FREITAS, Marcos Cezar. *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006.

NASCIMENTO, José Mateus. Vinde a mim os pequeninos... Práticas Educativas da Diocese de Natal (1945-1955). In: PAIVA, Marlúcia Menezes de. *Igreja Católica e suas práticas culturais*. Liber Livro: Brasília, 2006, p. 66-99.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene. *O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

SANTANA, Josineide Siqueira de. Maurício Graccho Cardoso e as realizações Educacionais em Sergipe (1922-1926). In: VII Encontro Cearense de Historiadores da Educação- I Encontro Cearense de Geografia da Educação: Políticas, tempos e Territórios de Ações Educacionais *Anais VIII Encontro Cearense de Historiadores da Educação e I Encontro de Geografia da Educação*. Fortaleza: UFC, 2009. p. 1-7 (cd-rom).

SOUZA, Rosa Fátima de, História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. IN: BENCOSTTA. Marcus Levy. *Culturas Escolares, sabres e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 168-189.

Artigo recebido em junho de 2011. Aprovado em agosto de 2011.

